

Grandes projetos para quem?

Data: 28/03/2002

Autor: Hildegardo de Figueiredo Nunes - Gazeta Mercantil Norte

Em três décadas, os cinco grandes projetos instalados no Pará (Carajás, Trombetas, Jari, Tucuruí e Albras/Alunorte) mobilizaram investimentos em torno de US\$ 13 bilhões, um quantitativo equivalente a quase dez anos de orçamento do Governo do Estado, em números atuais, e muito superior ao que necessitaríamos para concluir as eclusas de Tucuruí, asfaltar as rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e construir as nossas quatro hidrovias, obras fundamentais ao nosso desenvolvimento. Seria de se esperar, portanto, que, em decorrência da magnitude desses investimentos, o Pará fosse, hoje, uma das locomotivas da economia nacional, apresentando alto nível de emprego, bons salários e serviços públicos de qualidade. No entanto, ainda estamos longe dessa realidade.

No Pará, cerca de 84% da População Economicamente Ativa (PEA) sobrevivem com até cinco salários mínimos por mês. Desses, 32% ganham ainda menos: até um salário mínimo. Nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos piores do País. Nossas delegacias de polícia, no interior, não possuem sequer viaturas. Nossos postos de saúde não dispõem, muitas vezes, de médicos, nem de medicamentos. E tudo isso aponta para uma verdade insofismável: os grandes projetos pouco significaram, para o Pará e a nossa gente, em termos de internalização de riqueza. De um modo geral, contribuíram para agravar a pobreza dos nossos núcleos urbanos e acirrar conflitos fundiários. Como, também, para reforçar a nossa condição de exportadores de matéria-prima, de almoxarifado do Brasil e do mundo.

Em três décadas, nenhum dos quatro grandes projetos (Carajás, Jari, Trombetas e Albras/Alunorte) conseguiu alcançar a escala final da verticalização produtiva, ou mesmo estimular, no entorno, o beneficiamento da matéria-prima, em patamares mais nobres. Assim, temos, em Barcarena, a produção de alumina, alumínio, vergalhão e cabos de alumínio, mas nem sequer uma fábrica de painéis - ou de qualquer outro tipo. Da mesma forma, temos, em Marabá, a produção de ferro-gusa, mas não dispomos de aciarias. A pauta de exportações paraense é prova eloqüente dessa realidade: exportamos, basicamente, minério e madeira em estado bruto, além de energia.

O problema é que os grandes projetos padecem de um erro de origem: foram elaborados de cima para baixo, sem levar em conta os reais interesses e necessidades do Pará e dos paraenses, frustrando o potencial que possuem para alavancar o desenvolvimento. Não se trata, portanto, de culpabilizar as empresas que gerenciam esses empreendimentos, mas de rever a legislação brasileira, que nos impõe uma modelagem que dificulta a internalização das nossas riquezas e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Tucuruí é exemplo clássico dessa situação. Populações inteiras foram arrancadas de seus lares, vastas extensões de floresta foram inundadas. O rio, de enorme potencial econômico, teve a navegação comercial inviabilizada. A obra atraiu milhares de migrantes para o nosso estado, que, no entanto, não foi compensando financeiramente para fazer frente a essa demanda. Logo, os 40 mil postos de trabalho, da época da construção da usina, foram minguando, até se reduzirem aos atuais 300. Formaram-se novos bolsões de miséria. A infra-estrutura e os serviços públicos de muitas cidades se deterioraram, porque não havia como absorver, adequadamente, essa população.

Além disso, ainda condenaram a nossa gente a permanecer na escuridão. Os milhões de quilowatts de Tucuruí impulsionavam a produção da Albras/Alunorte e da Alumar, em São Luís; iluminavam as casas do Nordeste e do Sudeste. Mas os lares de milhares de paraenses permaneciam à luz de velas e lâmpíões. Isso se estendeu por duas décadas. E, ainda hoje, apenas um terço da energia da usina beneficia, de fato, o povo do Pará. Vale salientar que o ICMS que incide sobre a energia, ao contrário do que acontece com outros produtos, é cobrado no destino, e não na origem. Ou

seja, nosso estado produz, gera e exporta energia, mas não ganha nada com isso. Quem ganha é o eixo desenvolvido do País.

Os custos sociais e ambientais desses projetos são muito superiores aos benefícios gerados. Juntos, eles oferecem, hoje, cerca de dez mil empregos. Os royalties que proporcionam beneficiam uns poucos municípios. Além disso, a partir de 1995, com o advento da Lei Kandir, o volume de impostos que passaram a deixar em nosso estado é irrisório - equivale ao que é pago por um grande supermercado de Belém. Saliente-se que a desoneração das exportações imposta pela Lei Kandir prejudicou, sensivelmente, o nosso Estado, cuja economia é voltada, basicamente, para a exportação. Não defendo a exportação de tributos. Mas não é justo, em relação ao povo do Pará, que as nossas riquezas continuem beneficiando, apenas, as sociedades de outras partes do mundo.

O que defendemos, portanto, é um novo tipo de relação entre a União e os Estados e Municípios. Precisamos resgatar a autonomia das unidades federativas, principalmente do Norte e Nordeste, o que passa, inclusive, pela mudança da legislação em vigor. Não podemos permitir que a União continue a concentrar recursos financeiros, no nível que concentra, e a nos impor decisões como se fôssemos um mero quintal do Brasil. O Pará tem dado enorme parcela de contribuição ao desenvolvimento brasileiro. Portanto, há que se fazer respeitar. Temos absoluta certeza que, por meio de uma gestão mais democrática, com a efetiva participação de todos, vamos avançar na construção de uma sociedade mais humana, baseada em políticas públicas e ações institucionais que de fato ajudem a construir a justiça social, coisa que todos nós, governantes, temos a obrigação de buscar.

Hildegardo de Figueiredo Nunes é *vice-governador do Pará*.

Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.